



15ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

9 e 10 de dezembro de 2010
Brasília - DF

SUMÁRIO EXECUTIVO

- 1) Aprovada Carta contendo os avanços, perspectivas e desafios para o próximo governo, a ser encaminhada à equipe de transição para o governo Dilma Roussef.
- 2) Apresentado balanço das ações para Povos e Comunidades Tradicionais no Governo Lula.
- 3) Aprovado conjunto de prioridades a serem consideradas na construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, abaixo:
 - Que nos primeiros quatro meses da gestão Dilma seja elaborado o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com pactuação política e orçamentária interministerial para sua execução;
 - Que seja criada Diretoria de Regularização dos Territórios Tradicionais dos Povos e Comunidades Tradicionais dentro da estrutura do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra, contando com equipe multidisciplinar qualificada para atuação com estes segmentos sociais;
 - Que seja assumido como grande desafio da gestão Dilma a regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais que tenham seus territórios tradicionais em terra firme, localizados ou não dentro de unidades de conservação;
 - Que seja respeitada a OIT 169 no que tange à consulta prévia e informada aos povos e comunidades tradicionais antes da criação e consolidação de Unidades de Conservação de Proteção Integral e da implementação de grandes projetos de infraestrutura;

- Que sejam respeitados os hábitos alimentares tradicionais, bem como suas formas de abate de animais criados em seus territórios, garantindo a segurança alimentar e nutricional dos povos e comunidades tradicionais e a manutenção de sua cultura;
- Que seja promovida a conservação e uso de sementes tradicionais, como forma de proteção da biodiversidade;
- Que sejam feitos estudos visando adequação das legislações federais de comercialização de produtos perecíveis à realidade da produção praticada pelos povos e comunidades tradicionais;
- Que seja ampliado o acesso à rede pública de ensino para os povos e comunidades tradicionais e que sejam criadas escolas dentro de seus territórios;
- Que seja criado, dentro do PPA, com garantia de recursos financeiros pelos ministérios executores, um Programa Intersetorial específico para execução das políticas voltadas aos povos e comunidades tradicionais, assim como para a estruturação e funcionamento da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Que haja um marco legal para repasse de recursos públicos às organizações da sociedade civil, que respeite estas formas de organização e não inviabilize a participação destes segmentos sociais em programas e projetos apoiados pelo governo federal;
- Que sejam criadas, junto às instituições financeiras, linhas de crédito específicas e com recursos significativos para apoio às atividades produtivas dos povos e comunidades tradicionais;
- Que seja incentivada a construção de tecnologias sociais apropriadas às necessidades dos povos e comunidades tradicionais, que respeitem suas tradições e identidade sociocultural;
- Que o Programa Luz para Todos, e ações de saneamento seja ampliado às Áreas Protegidas e em territórios de povos e comunidades tradicionais;
- Que seja criado um Fundo Nacional de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais, com aporte de recursos públicos e doações;
- Que esta Comissão Nacional ganhe maior institucionalidade por meio da aprovação de projeto de lei transformando-a em Conselho Nacional, com especificação de espaço governamental responsável pela condução da agenda dos povos e comunidades tradicionais;
- Que sejam regularizados e recebam infraestrutura básica os acampamentos utilizados pelos povos nômades;

- Que sejam criadas Unidades de Conservação de Uso Sustentável em Biomas fortemente impactados por atividades agrícolas de grande porte, como Cerrado e Caatinga, respeitando as pequenas dimensões dos territórios tradicionais nestes Biomas.
- Que haja uma política educacional voltadas às necessidades específicas de cada um dos povos e comunidades tradicionais, respeitando os horários diários de aulas em consonância com o ritmo de funcionamento das comunidades;
- Que seja criado um cartão saúde específico para povos e comunidades tradicionais;
- Que sejam produzidos materiais didáticos específicos para educação de povos e comunidades tradicionais;
- Que o mapeamento das comunidades tradicionais de terreiros seja ampliado nacionalmente e que este importante instrumento de visibilidade seja assumido como forma de construção de política pública;
- Que haja um programa de qualificação da participação da sociedade civil e que tenha um aumento do financiamento para as organizações representativas dos povos e comunidades tradicionais;
- Que sejam feitas discussões sobre a forma de construção das reparações devidas pelo Estado aos povos da diáspora africana;
- Que seja proposta legislação que defenda da invasão de sementes transgênicas territórios tradicionais com ocorrência e produção de sementes crioulas;
- Que seja promovida a conservação e uso de sementes tradicionais, como forma de proteção da biodiversidade;
- Que sejam construídas propostas de comercialização e consumo de produtos perecíveis produzidos por povos e comunidades tradicionais “in natura”, incluindo a introdução na merenda escolar de seus filhos os hábitos alimentares tradicionais das comunidades tradicionais as quais pertençam;
- Que seja produzido material, em linguagem acessível, para qualificação e divulgação dos avanços e conquistas dos PCTs para aumento da participação deste público em políticas de inclusão produtiva;
- Que seja produzido material para qualificação dos gestores públicos municipais acerca dos povos e comunidades tradicionais;

- Que sejam criadas DAPs específicas para cada um dos segmentos sociais representativos de povos e comunidades tradicionais, reforçando questões identitárias de cada segmento;
- Que sejam criados canais de comunicação eficientes para divulgação da Política e do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Que sejam produzidos materiais de divulgação de cada um dos segmentos de povos e comunidades tradicionais, informando sobre políticas, formas de acesso e ampliando o conhecimento sobre a diversidade sociocultural do país;
- Que sejam criados mecanismos de compensação ambiental diferenciados para povos e comunidades tradicionais pela preservação de seus territórios;
- Que sejam feitas oficinas de capacitação com os membros da CNPCT nos temas afetos aos povos e comunidades tradicionais;
- Que sejam aplicados recursos advindos de compensação ambiental pela construção de grandes empreendimentos de infraestrutura diretamente nos territórios tradicionais por estes impactados.